

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Câmara Municipal de Sintra revelou a sua pretensão em instalar nalgumas freguesias do concelho de Sintra um conjunto de câmaras de videovigilância. Esta intenção, tem subjacente a convicção de que esta medida a par de outras tomada no âmbito do Contrato Local de Segurança, celebrado entre o Município de Sintra e o Ministério da Administração Interna, visam prevenir e reprimir a criminalidade e combater o sentimento de insegurança sentido pelas populações e que se pretende reduzir em prol de um melhor ambiente social e urbano nas vilas, freguesias e cidades daquele concelho.

Ciente da complexidade que este tipo de iniciativa compreende, o Município de Sintra encetou diligências e colaboração com o Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, enquanto força de segurança com jurisdição na respetiva área de observação pretendida, para identificar locais e equipamentos mais adequados aos objetivos a atingir. Após todo o trabalho desenvolvido entre aquelas entidades, foi possível obter daquela força de segurança a sua concordância face ao projeto constituído, tendo sido o mesmo submetido ao Ministério da Administração Interna.

Assim e ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V. Exa, perguntar ao Ministério da Administração Interna:

1 – Quando rececionou essa entidade o projeto para a instalação do sistema de videovigilância, na sua versão final, no concelho de Sintra?

2 – Já foi o projeto para a instalação do sistema de videovigilância rececionado na sua versão final, remetido para sujeição de parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados?

3 – Que outras diligências está o Ministério da Administração Interna a desenvolver com o Município de Sintra para melhorar a perceção e as condições de segurança da população do concelho, bem ainda para a melhoria das condições de trabalho das forças de segurança que têm jurisdição naquele município?

Palácio de São Bento, 2 de junho de 2022

Deputado(a)s

PAULO MARQUES(PS)

SÉRGIO SOUSA PINTO(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)

JOANA SÁ PEREIRA(PS)

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

VERA BRAZ(PS)

JOÃO MIGUEL NICOLAU(PS)

RICARDO LIMA(PS)

MIGUEL MATOS(PS)